

BRASIL: SEGUNDA CLASSE EM COMPETITIVIDADE

Gilmar Mendes Lourenço

O papel reservado ao Brasil no espetáculo ou campeonato de competitividade, encenado e disputado em escala planetária, continua sendo o de um acomodado figurante de segunda categoria.

De acordo com o Relatório Global de Competitividade (The Global Competitiveness Report), preparado pelo World Economic Forum (WEF), ou Fórum Econômico Mundial, o país declinou da 69ª para a 72ª colocação no ranking mundial entre os anos de 2017 e 2018, em um painel formado por 140 países.

Tal resultado enfeixa uma espécie de síntese das restrições, amargadas há décadas pela nação, para integrar o primeiro pelotão na corrida mundial tanto do comércio de bens e serviços de pronunciado conteúdo tecnológico e valor agregado quanto da atração investimentos em segmentos de vanguarda, destinados à modernização de sua matriz industrial.

O preocupante, porém, é que mais do que ostentar um pífio poder de competição no front internacional, especificamente no interior do conjunto dos principais parceiros comerciais, os agentes brasileiros (governo e empresas) parecem ter optado pela permanência na rabeira da quarta revolução industrial, capitaneada pelo aparecimento e difusão dos modelos de tecnologias digitais, apoiados na automação dos processos, emprego intensivo de sistemas inteligentes e de robotização, integração pela rede mundial de computadores, entre outros avanços.

É fácil perceber, nos detalhes do documento do WEF, a persistência de antigas barreiras à operação das unidades econômicas atuantes do país em patamares tecnológicos mais avançados. Apenas a título de exemplo, o Brasil ocupa o último posto da classificação em volume de regulações e multiplicação de normas das instâncias públicas, o que atesta a excessiva, inconveniente e, na maioria das vezes, nociva, presença e interferência do estado no cotidiano dos negócios.

Isso é particularmente preocupante por abrir flancos para o alargamento das rotinas subjacentes à corrupção que, além de atrapalhar e mascarar o exercício de tomada de decisões da microeconomia serve para impulsionar as despesas de transação e obscurecer a interpretação e, sobretudo, a execução, dos orçamentos públicos e privados.

Aliás, o exagerado intervencionismo governamental e o pesado aparato burocrático situaram a nação no 97º lugar no quesito instituições, entre os doze grupos de variáveis examinados pelo Fórum, e estariam na raiz das outras anomalias expressas nas desvantagens em infraestrutura, ciência e tecnologia, clima macroeconômico, condições de saúde, habilidades, mercado de produtos, ambiente laboral, arranjo financeiro, dimensão do mercado interno, dinamismo empresarial e capacidade de inovação.

A rigor, predomina um abrangente leque explicativo das circunstâncias do atraso brasileiro, por conta da situação desconfortável mantida na esmagadora maioria dos subitens pesquisados, com destaque para barreiras comerciais (136º posto), subsídios distorcidos e benesses fiscais (132º), adequação e qualificação do fator trabalho às novas exigências econômicas (125º), crime organizado (124º), estabilidade macroeconômica (122º) e mercado de trabalho (114º).

Em um score de difusão entre de 0 a 100 em competitividade, o Brasil conquistou o conceito 59,5, bastante inferior ao obtido por estados que lideram o certame, notadamente Estados Unidos (85,6), Cingapura (83,5), Alemanha (82,8), Suíça (82,6) e Japão (82,5).

Não bastasse a premência em enfrentar e superar as barreiras pretéritas e crônicas, o país terá que perseguir ferrenhamente o objetivo de alcançar a quarta revolução industrial.

Não bastasse a premência em enfrentar e superar as barreiras pretéritas e crônicas, o país terá que perseguir ferrenhamente o objetivo de introduzir, ainda que de forma retardada, a onda de profundas mudanças verificadas na atmosfera global de produção e transações, condição essencial, mesmo que não suficiente, ao alcance de enormes ganhos de produtividade e adição de valor.

Decerto trata-se de tarifa hercúlea, principalmente se for considerado que os desembolsos totais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estariam perto de 1,3% do produto interno bruto (PIB), no Brasil, versus média mundial de 3,0% do PIB. Nessa conta, a contribuição do governo, estimada em 0,6% do PIB, é praticamente a mesma da registrada nos países avançados da Europa e nos Estados Unidos (EUA), o que sugere flagrante ausência de articulação entre as entidades públicas e privadas por aqui.

Na mesma linha, a participação da indústria de transformação na formação do PIB nacional vem encolhendo a olhos vistos e a eficiência da mão de obra tem experimentado variações incomparavelmente menores do que as registradas pelos espaços geográficos emergentes e avançados. No intervalo de tempo compreendido entre 2000 e 2016, a produtividade do trabalho cresceu apenas 8,8% no país, contra 118,4%, na Coreia do Sul, e 65,4%, nos EUA.

A virada desse jogo exige pronunciada subida da qualidade da educação, aderente à necessidade de preparação de profissionais para múltiplas áreas de trabalho, ao lado de providências estruturais dirigidas à intensificação de esforços de abertura comercial, simplificação da tributação, restauração e modernização da infraestrutura, minimização dos embaraços burocráticos e realismo cambial.